

Trabalho Decente e Emprego Verde: uma reflexão no contexto do capitalismo

Josely Nunes Villela
Maria de Lurdes Costa Domingos
Jacqueline Lima de Souza

Introdução

O modelo econômico baseado no crescimento e na prosperidade é hoje confrontado com os limites termodinâmicos do Planeta, as consequências das deformações sociais extremas e os colapsos sistêmicos que põem em risco o futuro da humanidade. De um lado o imediatismo e a ambição de concentrar riquezas e de outro a crença em recursos ilimitados, levaram a sociedade de massa a ultrapassar a fronteira dos riscos não controlados. A crise socioambiental instaurada carece de solução no curto prazo, extremamente complexa em um cenário tipicamente capitalista, com distintos interesses e individualidades em jogo. Tendo como base este cenário, o estudo enfatiza o Trabalho Decente e o Emprego Verde que representam uma ponte promissora para a sustentabilidade, discutindo se o capitalismo é compatível com o desenvolvimento desta nova lógica.

A questão social e do trabalho no capitalismo

O capitalismo foi iniciado com o esgotamento do feudalismo, a partir do desenvolvimento do comércio, com a formação da classe burguesa e a transformação de camponeses em trabalhadores assalariados. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, disseminada e intensificada nos dois séculos seguintes, mudaria a história da civilização de forma radical, com um modelo de crescimento econômico baseado na geração de riquezas, na inventividade do homem e com uso extensivo de recursos naturais.

Da primeira à terceira fase da Revolução Industrial, em cerca de 250 anos, a sociedade explorou o carvão, a madeira, o petróleo, a energia nuclear, o ferro, o aço e outros recursos que impulsionaram a economia, geraram trabalho e renda e propiciaram bem-estar, mas deixaram marcas sociais e ambientais indeléveis. O modelo de produção em massa de Henry Ford, que dominou o mercado até o final dos anos 1960, na década de 1970 ingressou nos Novos Países (o fordismo periférico), deslocamento que Lipietz (1988) atribui: 1. à busca de regiões com práticas trabalhistas menos desenvolvidas (salários mais baixos, operariado ou sindicatos pouco organizados) e 2. à necessidade de expansão da indústria (ou de etapa do processo industrial) para novos mercados, mesmo aqueles com forte protecionismo ou em regimes ditatoriais. Com o passar do tempo, o capitalismo aprofundou esta visão utilitária, a ética materialista e de dominação.

O capitalismo apóia-se na tríade produção, comércio e consumo para atingir seu maior objetivo, o lucro, que é fruto de valor fixado para o produto, descontado o custo de produção, onde se inclui a remuneração do trabalhador. A disparidade entre o salário pago e o valor real do trabalho remete à mais-valia, conceito que Karl Marx associa à exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção, refletindo a valorização desigual de capital e trabalho: “(...) o processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais valia” (Marx, 1996: 293). Na formulação de István Mészáros (2000: 2) a mais-valia é “o irresistível modo *econômico* de extração de sobretrabalho”, que deixa entrever os interesses divergentes do capitalismo, onde o empregador almeja maior lucratividade e o empregado reivindica melhores condições de trabalho e recompensa (sobretudo salário e redução da jornada). Nesta relação de interesses os trabalhadores são reduzidos a “(...) ‘custos de produção’ [a] ‘força de trabalho necessária’ [ou a] uma ‘mercadoria comercializável’ da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a as determinações desumanizadoras da compulsão econômica” (Mészáros, 2000: 2).

A busca por lucros determina a exploração do trabalho, como a mais-valia, mas também a precarização dos trabalhadores, quando a oferta de mão de obra é superior às ofertas de emprego, resultando em salários mais baixos (princípio da demanda), ou quando a mecanização reduz o número de postos de trabalho e não há uma política estabelecida de reaproveitamento dos trabalhadores, em nível institucional ou governamental, gerando desemprego. Na linha das compulsões, o intenso movimento globalizado exige dos trabalhadores, das empresas e dos governos permanente investimentos na aprendizagem continuada para acompanhar as mudanças tecnológicas e evitar a exclusão no sistema produtivo.

O capitalismo contemporâneo encontrou na globalização da economia o impulso para a exploração de novos mercados e o terreno fértil para a “(...) implementação de políticas neoliberais¹ (capitaneadas e conformadas pelo FMI e pelo Banco Mundial)” (Melo e Silveira, 2008: 114).

Para Serge Latouche (2009), a dinâmica do ciclo de massa (produção e consumo) é assegurada por três instrumentos fundamentais: a publicidade, a obsolescência planejada e o crédito. Destes, o conceito de obsolescência planejada diz respeito ao tempo de vida útil de um produto, intencionalmente alterado para gerar mais consumo. Assim, ele entra em estado de obsolescência antes do que seria necessário se sua fabricação não fosse manipulada para gerar esse resultado. A obsolescência perceptiva, resultante do convencimento subliminar realizado por meio da mídia, continuamente, seduz os consumidores a novas opções de compras (Nunes-Villela, 2015), como abordado no documentário de Dannoritzer (2010). Ambas contribuem para empobrecer os valores e levar o indivíduo a supervalorizar o que é supérfluo, servindo à estratégia proposta por Victor Lebow para estimular a economia no pós-guerra: “(...) nós precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, gastas, substituídas e descartadas em uma velocidade cada vez maior” (Lebow, 1955: 76 apud Arraes, 2012: 81). Assimilada, esta estratégia foi internalizada a tal ponto que as pessoas passaram a associar sua imagem pessoal aos bens materiais, deixando em segundo plano as relações humanas, o convívio justo e equilibrado com todas as formas de vida e o compromisso com as futuras gerações.

Como “um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (Singer, 1998: 21 apud Melo, 2008: 34), a globalização gerou um panorama caótico, como descrito por Milton Santos (2001: 19-20), com condições de trabalho e emprego perversas, aumento do desemprego e da pobreza, que aprofundam a fome, o desabrigo e perpetuam a mortalidade infantil, a despeito dos progressos médicos e da informação. Este autor acrescenta à perversidade sistêmica, os males espirituais e morais, como egoísmos, cinismos e corrupção.

Boaventura de Sousa Santos denuncia a mobilidade dos processos produtivos possíveis pela revolução tecnológica “(...) sem que se tenha criado um mercado global de trabalho” e acrescenta outras impactantes transformações da economia capitalista (Santos, 2010: 287): crescimento sem aumento de emprego; permanência dos trabalhadores em segmentos degradados, com salário abaixo do nível de pobreza, e trabalhadores sem identificação em segmentos protegidos; aumento da procura de bens de consumo contrastando com a queda da oferta pública de bens coletivos (saúde, ensino e habitação); destruição dos produtos e serviços ambientais, depauperando a qualidade de vida dos cidadãos; cultura consumista aprisionando as famílias ao crédito; processos produtivos que tornam o trabalho penoso e fragmentado, onde não há espaço para auto-estima e lealdade empresarial; aumento dos riscos e seguros inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores.

No seu processo de desgaste, o capitalismo gera novas idiosincrasias e distorções sociais. Santos (2010: 286) também chama atenção para a “inclusão subordinada”, que advém da inclusão das classes populares pelo trabalho e, no processo de acumulação capitalista, pelo consumo. Bauman percebe o consumismo como uma compulsão fundada sobre “a liberação de fantasias desejosas” (Bauman, 2001: 89), que pode derivar para atos de violência, como a convulsão ocorrida em Londres, em 2011,

que ele analisa como “(...) um ato de vingança [de] consumidores desqualificados em uma sociedade de consumo” (Bauman, 2012); os refugiados por desequilíbrios ambientais compõem uma nova categoria, sobre a qual ainda não há consenso internacional, formada por “(...) indivíduos e grupos que precisam abandonar temporária ou definitivamente seus locais de origem ou de residência pressionados por causas ambientais” (Ramos, 2011: 19). Na atualidade, uma multidão abandona seus países de origem que estão afundados em guerras civis, conflitos territoriais ou ideológicos e buscam acolhida em países com economia e política (mais) estáveis – em 2016, a Organização Internacional para Migrações (IOM, sigla original em inglês) contabiliza a morte e desaparecimento de 2.942 refugiados do total de 238.220 desembarques na costa da Europa (IOM, 2016). A presente crise humanitária denuncia a precariedade do capitalismo para lidar com questões sociais amplas.

István Mészáros identifica que a crise atual do capitalismo “(...) assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda [que tende à] destruição global da humanidade” (Mészáros, 2011: 18). Contestando a conclamada prosperidade do capitalismo, Mészáros (2000: 4) comenta seu traço excludente na Ásia (sobretudo China e Índia), África e América Latina, onde um enorme contingente de pessoas não usufrui o bem estar capitalista e é confrontado com situações indignas de trabalho e sobrevivência.

A preocupação com o que podemos chamar de um desmoronamento social frente a este cenário aparece nos relatórios das instituições internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) traduziu em números o contraste entre concentração da riqueza e dispersão da pobreza gerada no capitalismo: “(...) a renda total dos 500 indivíduos mais ricos do mundo é superior à renda dos 416 milhões mais pobres” (PNUD, 2005: 4). Se com 7 bilhões de humanos hoje não conseguimos gerir a desigualdade, o que dizer quando se cumprirem as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil, 2015), de 8,5 bilhões em 2030, 9,7 bilhões em 2050 ou 11 bilhões em 2100?

Como sistema expansionista, além das deformações sociais geradas, o capitalismo se confronta com limitações e ameaça de colapsos. Diante destas evidências, algumas reflexões são pertinentes: o capitalismo agoniza ou está em processo de transformação? A sociedade como um todo, com seu modo de vida tão fortemente arraigado aos excessos e desperdícios, estará apta a assimilar um padrão não consumista? Os donos do capital admitirão uma nova forma de produção limitada, estarão dispostos a fazer os investimentos em tecnologias limpas e assimilarão práticas humanizadas e justas em seus negócios?

O meio ambiente no capitalismo

No sistema capitalista, as cadeias de produção e consumo em massa, intensificadas pelo aumento populacional, demandam quantidades crescentes de recursos naturais. Diante do vigor do mercado e o imediatismo do empresariado, não há planejamento possível, visto que a sobrecarga ou o desrespeito aos prazos de regeneração dos estoques naturais leva à escassez.

Embora a parcela consciente da população admita que a resiliência da natureza é limitada e que não é razoável continuar gerindo um planeta finito como se ele fosse linear e suas reservas inesgotáveis, na prática, a inércia e a resistência à mudança de estilo de vida reforçam a tendência de colapso. Esta contradição faz parte da História do Brasil – seu crescimento econômico foi ecologicamente incorreto desde a exploração do pau-brasil e assim se manteve durante o desenvolvimento das monoculturas da cana-de-açúcar e do café, em processos que devastaram florestas como a Mata Atlântica (Séguin e Carrera, 1999² apud Câmara, 2013: 128), cujo remanescente total é de apenas 15% (Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2015; 57).

De lá para cá o impacto aumentou. O capitalismo contemporâneo contabiliza intensas degradações provocadas por agentes e rejeitos químicos, combustíveis fósseis e materiais radioativos (Quadro 1).

Quadro 1
Panorama de degradações

Agentes e resíduos químicos	
1954	Envenenamento das águas com mercúrio e outros metais pesados ocorrida em Minamata, Japão, causou doença associada a convulsões, perda ou descontrole das funções motoras, transmitida pela ingestão de peixes e mariscos, principal fonte de alimento da população local.
1962	A agressão por produtos químicos foi denunciada por Rachel Carson no livro <i>Primavera Silenciosa</i> (<i>Silent spring</i>), repercutindo na ética americana e evidenciando a necessidade de normas ambientais.
1978	Toneladas de lixos afloraram em Nova York devido a 21.000 toneladas de resíduos tóxicos industriais que foram enterrados por uma empresa nas décadas de 1940 e 50, levando centenas de famílias a abandonar o local, algumas apresentando sinais de intoxicação.
1984	Toneladas de gases letais vazaram da fábrica de agrotóxicos em <i>Union Carbide Corporation</i> na Índia, ocasionando a morte de cerca de 10 mil pessoas e uma herança tóxica na população local.
2003	As empresas Cataguases papel e Cataguases florestal despejaram mais de 1,2 bilhões de resíduos tóxicos no rio Pomba, Minas Gerais, Brasil, devido a um rompimento na barragem.
2015	Rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, localizadas em Minas Gerais, entre Mariana e Ouro Preto, deixou um lastro destruidor de lama depois de ter devastado o distrito de Bento Rodrigues.

Combustíveis fósseis	
1979	Derramamento de 454 mil toneladas de petróleo no mar do Golfo do México, ocasionado pelo rompimento da plataforma mexicana <i>Ixtoc</i> , afetando uma área costeira de mais de 1.600 km ² .
1991	O maior vazamento de petróleo da história (derrame de 1 milhão e 360 mil toneladas) ocorreu em consequência da Guerra do Golfo, quando as forças iraquianas abriram as válvulas de poços de petróleo e oleodutos, em sua retirada do Kuwait.
2000	No Brasil, a Petrobras foi responsável pelo derramamento de mais de 1 milhão de litros de óleo, na baía de Guanabara, e cerca de 4 milhões de litros de óleo na bacia do Rio Iguaçu.
2010	O poço de perfuração da plataforma <i>Deepwater Horizon</i> da companhia britânica <i>British Petroleum</i> (BP) explodiu no Golfo do México, provocando um derrame de petróleo de grande impacto e duração.
Material radioativo	
1986	Acidente na usina nuclear de Chernobyl, União Soviética, liberou na atmosfera uma nuvem radioativa que atingiu vastas regiões da Europa, levando ambientalistas a se posicionarem radicalmente contra a construção de novas usinas.
1987	Em Goiânia, Brasil, um acidente radioativo foi provocado por sucateiros que violaram um aparelho desativado de radioterapia, manipulando Césio 137. De grande gravidade e repercussão, este acidente evidenciou a vulnerabilidade da política de segurança.
2011	O derretimento de três reatores da Central Nuclear de Fukushima I, Japão, provocado por um tsunami, liberou quantidades significativas de material radioativo e reaqueceu a discussão sobre a segurança desta fonte de energia, levando a Alemanha a responder com a interdição de 7 usinas nucleares.

Fonte: Nunes-Villela, 2010, p. 26-34, atualizado em 2015.

Sobre a presente degradação urbana as seguintes evidências compõem o ciclo vicioso alimentado pela desinformação: 1. expansão demográfica gerando acentuada pobreza e pressão crescente sobre os recursos, principalmente os hídricos; 2. aglomerações urbanas com baixo ordenamento territorial gerando desmatamento, ocupações de risco, ausência de saneamento, dificuldades de proteção dos mananciais e poluição doméstica das águas (rios, mar e lençol freático); 3. parques industriais com tecnologias poluentes gerando poluição das águas (rios e mar) e poluição atmosférica com impactos na saúde da população; 4. consumo de massa com proliferação de resíduos gerando despejo inadequado de resíduos sólidos; 5. aumento considerável de veículos gerando níveis crescentes de poluição atmosférica (Nunes-Villela, 2015).

Colapsos típicos da sociedade industrial se anunciam mais severamente – a falta de água, a perda de biodiversidade e o aquecimento global, cujos principais indutores são o desmatamento e as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Alguns dados e depoimentos merecem destaque:

Sobre a escassez da água

- As perspectivas para o futuro são preocupantes especialmente considerando que “(...) a utilização de água tem crescido quase duas vezes mais rapidamente do que a população” (PNUD, 2006:26).
- Como existe estreita associação entre água e floresta, o resultado consolidado do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), de agosto de 2013 a julho de 2014, anunciado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assusta: “(...) a taxa oficial ficou em 5.012km², que corresponde a uma redução de 15% em relação ao período anterior (2012-2013). (...) A meta é chegar à taxa de desmatamento de 3.915km² na Amazônia até 2020” (Greenpeace, 2015).
- Contrastando com a meta, as conclusões do relatório “O futuro climático da Amazônia”, resultado de mais de 200 estudos científicos sobre a floresta e sua influência sobre o clima e as chuvas, indicam que o desmatamento zero não é mais suficiente para manter o equilíbrio. Para o pesquisador Antonio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a Amazônia já mostra sinais de pane e “(...) a única saída é replantar a floresta” (Ambiente Brasil, 2015).

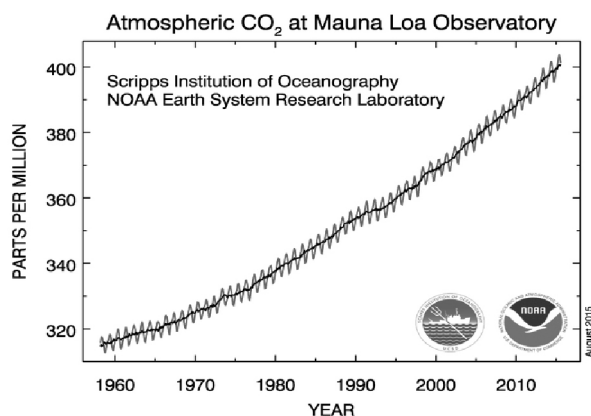
Sobre a ameaça à biodiversidade

- Como a base da saúde do planeta, a biodiversidade tem um impacto direto sobre a vida. De acordo com especialistas, entre 0,01 e 0,1% de todas as espécies são extintas por ano. Supondo “(...) que existem 100 milhões de espécies diferentes convivendo conosco em nosso planeta, então entre 10.000 e 100.000 espécies entram em extinção a cada ano” (WWF, 2015b).
- Diante da possibilidade de mudanças irreversíveis em ecossistemas, o quarto Panorama Global de Biodiversidade (Global Biodiversity Outlook ou GBO-4) observa a necessidade de proteção e restauração daqueles que prestam serviços essenciais, como zonas úmidas, recifes de coral, rios e florestas e regiões montanhosas (CDB, 2016: 17).

Sobre o aquecimento global

- Os impactos que concorreram para o aquecimento global e as alterações climáticas atingem, sobretudo, as populações mais pobres, resultando num processo oneroso de reconstrução. Segundo o Relatório Stern (2006), se o ritmo de emissões de GEEs não for contido, as alterações no clima podem custar 20% do PIB do planeta.
- No Brasil, algumas evidências de mudança climática chamam atenção: eventos extremos na Amazônia, secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009; desastre climático ocorrido em 2011 na região serrana do estado do Rio de Janeiro, com enchentes e deslizamentos que fizeram centenas de vítimas fatais e de desabrigados; a maior seca dos últimos 50 anos no nordeste brasileiro foi registrada em 2013, com mais de 1.400 municípios afetados.
- Para controlar o aquecimento global é essencial monitorar as emissões de gases poluentes, continuamente. Três iniciativas se complementam neste objetivo, evidenciando a natureza antropogênica do aquecimento global: 1. o Observatório da *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), no Havaí, é um centro de excelência em pesquisas atmosféricas que realiza contínuo monitoramento relacionado à mudança climática, desde 1958. O gráfico conhecido como “curva de Keeling” (Figura 1) mostra a evolução das concentrações atmosféricas de CO₂ ao longo das últimas cinco décadas:

Figura 1
Evolução das concentrações atmosféricas de CO₂

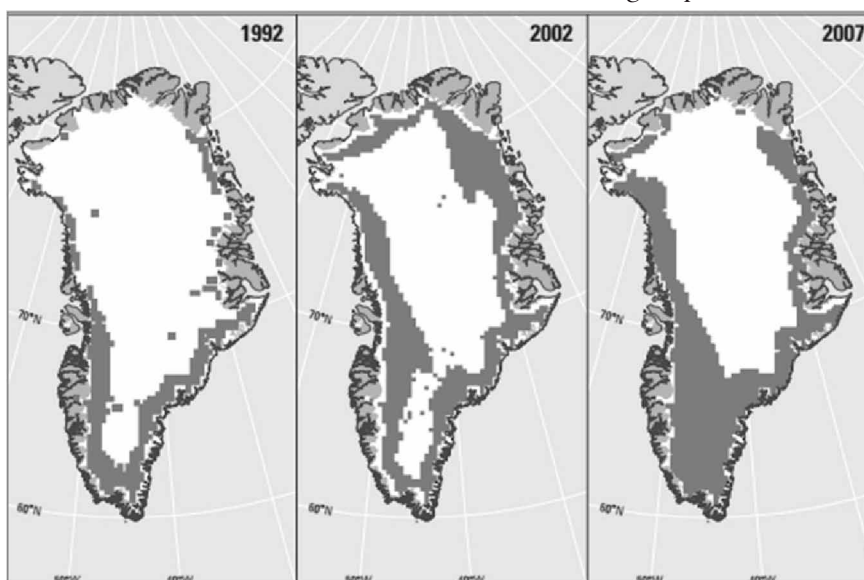


Fonte: Earth System Research Laboratory (ESRL)/Global Monitoring Division (GMD).

2. os registros mais antigos dos níveis de carbono foram extraídos de dentro de bolhas de ar presas nas geleiras da Antártida, que atestam níveis 31% mais altos de dióxido de carbono em relação ao período anterior à Revolução Industrial, os mais altos nos últimos 20 milhões de anos (Fiocruz, Invivo, 2015); 3. o derretimento da manta de gelo da Groenlândia é uma constatação irrefutável do aquecimento global (Figura 2):

Figura 2

Derretimento na Groenlândia: foco na manta de gelo permanente



Fonte: Banco Mundial, 2010 (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, p. 74).

Diante de tantas comprovações acerca da debilidade ambiental, o mais patético sinal da falta de convergência na governança global é o Protocolo de Quioto, cuja história, repleta de entraves, retrocessos e incertezas está sintetizada na Quadro 2:

Quadro 2
Mosaico histórico do Protocolo de Quioto

Origem	Na Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas, em Berlim, Alemanha, se deu a primeira reunião anual dos representantes dos países signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), denominada Conferência das Partes (COP). Seu destaque foi a decisão de apresentar, no encontro de 1997, um documento que tornasse oficial o compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Era o primeiro passo para a criação do Protocolo de Quioto (Nunes-Villela, 2010).
Proposta	Os países industrializados (do anexo I) devem “(...) reduzir, em 5,2%, a emissão de gases poluentes, entre os anos de 2008 e 2012 (primeira fase do acordo)” em relação às emissões de 1990 (Meio Ambiente News, 2015).
Gases citados	“(...) dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hidrocarbonetos fluorados, hidrocarbonetos perfluorados e hexafluoreto de enxofre. Estes últimos três são eliminados principalmente por indústrias” (ibidem, 2015).
Quem resiste	“Os Estados Unidos – atualmente o segundo maior emissor de gases do mundo, atrás somente da China – nunca ratificaram o protocolo original, de 1997” (BBC Brasil, 2012). “(...) Países em desenvolvimento, principalmente Índia e China têm dificultado o avanço das negociações” (ibidem, 2011).
Situação atual	Na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP18), em Doha, Catar (2012), o Protocolo de Quioto foi estendido até 2020, sem adesão de Canadá, Japão, Nova Zelândia, Rússia, China e Estados Unidos e com metas obrigatórias apenas para os países em desenvolvimento, responsáveis por menos de 15% da emissão de gases do efeito estufa (Nunes-Villela, 2010).

Fontes: Nunes-Villela, 2010; Meio Ambiente News, 2015; BBC Brasil, 2011; 2012.

No desalento deste cenário, Renner e Prugh (2014: 3) recomendam uma mudança de posicionamento: “(...) a humanidade está em uma encruzilhada sem precedentes que exige um afastamento radical do modelo político e econômico tradicional”. Quanto às gerações futuras, considerando o distanciamento prático do conceito de Desenvolvimento Sustentável proposto pela ONU – “aquele que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991: 9) – somos levados a refletir sobre o tempo de sobrevivência que nos resta em um planeta tão agredido.

Da Saúde e Segurança do Trabalho ao Trabalho Decente

Na dialética entre capital e trabalho, as condições ambientais seguras e dignas são percebidas como essenciais à qualidade de vida e um direito de cidadania. Na história contemporânea, apesar da maior ênfase dada às questões de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulga uma estatística global e localizada (incluindo dados da realidade brasileira), que deixa entrever vulnerabilidades expressas em números impactantes:

Segundo relatório da OIT de 2013, são 3 vidas perdidas por minuto em acidentes de trabalho pelo mundo e 5 mil por dia. A cada ano, acidentes não fatais totalizam 317 milhões, o que equivale a mais de 2.800 Maracanãs lotados ou quase 24 cidades de São Paulo. No Brasil, são 4 mil mortes por ano. Mas o trabalho não envolve o risco somente de acidentes, mas também o de doenças. No mundo, são 160 milhões de pessoas que sofrem com doenças profissionais e 2,02 milhões de pessoas que morrem a cada ano em decorrência de enfermidades relacionadas ao trabalho (MTE/Fundacentro, 2015).

Focando especificamente a realidade brasileira, neste mesmo ano, a Previdência Social divulgou números análogos, que demandam ações coordenadas sinérgicas (entre governos e empresas) para assegurar sua reversão (Tabela 1):

Tabela 1
Estatística de acidentes do trabalho no Brasil

	Incapacidade Temporária	Incapacidade Permanente	Óbito
Brasil	610.804	14.837	2.797
Sudeste	328.526	6.402	1.327
São Paulo	212.995	3.757	721
Rio de Janeiro	40.225	797	170

Fonte: adaptado de Anuário Estatístico da Previdência Social 2013, p.597-598.

Diante desses cenários, no último dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho (28/4/2015), o chefe da OIT, Guy Ryder, lembrou às empresas de que “recessão econômica ou pressão para maximizar os lucros não podem justificar o corte em segurança do trabalho” e solicitou aos Estados-Membros (governos) todo o esforço no sentido de “(...) reduzir o número de mortes no trabalho, lesões e doenças em todo o mundo” (ONU Brasil, 2015).

Idealmente, a preocupação com a segurança e a saúde do trabalhador não se restringe às empresas (empregadores e empregados), mas também a governos e

sindicatos, que buscam em projetos e programas de ampla participação, a sinergia necessária para dar à SST soluções exequíveis e eficazes. No Brasil as questões relacionadas à saúde e segurança nem sempre são tratadas com a devida importância pelas empresas – “(...) o tratamento dessas questões se restringe à coleta de dados estatísticos, ações reativas a acidentes do trabalho e respostas a causas trabalhistas” (Quelhas e Lima, 2006: 4). De forma geral, em uma ambiência competitiva, o foco em produtividade (traduzida em quantidade e tempo) e no cumprimento de metas, pode induzir ao descumprimento das medidas protetivas e práticas seguras. Do ponto de vista tático, ocasionalmente, os gestores podem deslocar a ênfase na segurança do conjunto de resultados e/ou contribuir com atos negligentes, através da pressão por resultados. Do ponto de vista estratégico, pode haver descompasso entre a política e as práticas relacionadas à segurança, ensejando dúvidas sobre o real posicionamento da empresa. Em qualquer destas situações, a cultura de SST denota ser incipiente, com risco de comprometer a imagem organizacional.

Quando as questões e relações do trabalho são percebidas como pilares da qualidade de vida e recebem a devida atenção dos atores sociais (governo, empregador e trabalhador), firma-se um compromisso nacional que propicia uma participação cidadã e o funcionamento da estrutura do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SG-SST), fazendo fluir as diretrizes nacionais. Nesta ótica, em 2008, o Brasil instituiu a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CT-SST), para “(...) definir diretrizes para uma atuação coerente e sistemática do Estado na promoção do trabalho seguro e saudável e na prevenção dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho” (CT-SST, 2012: 8), representada, paritariamente, por governo, empregadores e trabalhadores.

Desta iniciativa resultou a publicação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PLANSAT) para fazer cumprir a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto nº 7.602 de 7 de novembro de 2011, que inclui a Promoção do Trabalho Decente (TD) como estratégia. O Trabalho Decente é um conceito identificado com a missão da OIT (1999): “(...) o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (OIT; MTE, 2011: 11), que se apoia nos seguintes pilares estratégicos: 1. respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2. promoção do emprego de qualidade; 3. extensão da proteção social; 4. diálogo social.

Uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), firmada entre o Governo brasileiro e a OIT, em 2006, ensejou o Plano Nacional de Trabalho Decente, construído de forma participativa pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI),

em consulta aos atores sociais (OIT; MTE, 2011: 20). A finalidade é contribuir para a promoção do Trabalho Decente no Brasil e o enfrentamento de problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho (ibidem: 14), onde se incluem:

(...) a pobreza e a desigualdade social; o desemprego e a informalidade; a extensão da cobertura da proteção social; a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; os elevados índices de rotatividade no emprego; as desigualdades de gênero e raça/etnia; as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural (OIT; MTE, 2011: 15)

Confrontando os pilares e os problemas mencionados, é possível observar discrepâncias, cujo equacionamento é desafiador, sobretudo em um país continental e de grandes contrastes sociais e culturais como o Brasil. O Quadro 3 exhibe as prioridades inscritas na ANTD e os princípios propostos na Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), voltados à solução (ou minimização) das vulnerabilidades conjunturais:

Quadro 3 Prioridades e princípios em favor do Trabalho Decente

Prioridades da ANTD

Prioridade 1: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento;

Prioridade 2: erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas;

Prioridade 3: fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

Princípios da PNETD

Primeiro princípio: garantia do respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho;

Segundo princípio: extensão da proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias;

Terceiro princípio: geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e tratamento;

Quarto Princípio: fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Fonte: OIT; MTE, 2011, p.24; p.52-59.

Governo, empregadores e trabalhadores têm visões particulares sobre o Trabalho Decente. O governo faz referência ao entendimento da OIT (1999) e reconhece “a importância do conceito de empresa sustentável, formulado na Conferência Internacional do Trabalho em 2007 e consagrado na Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008) e no Pacto Global para o Emprego (2009)” (OIT; MTE, 2011: 46), avança com políticas e diretrizes e contabiliza os resultados positivos na área social e econômica.

Os empregadores entendem que o conceito de Trabalho Decente não foi definido pela OIT, apenas situado no campo dos valores, denunciam a tendência dos governos de repassar às empresas encargos que estão em desacordo com a realidade socioeconômica, transferindo ao empregador responsabilidades na esfera da cidadania e empregabilidade que competem ao setor público. Para estes, o Trabalho Decente, inerentemente, vincula-se ao conceito de “Empresa Sustentável”, demandando a geração de empregos sustentáveis. Os empregadores também temem que a interferência da OIT crie um sistema regulatório muito rígido e oneroso que desencoraje a criação de empresas, estimulando empregos informais sem segurança para os trabalhadores e/ou prejudique a competitividade da economia nacional (OIT; MTE, 2011: 64).

Os trabalhadores defendem a centralidade do trabalho para que seu desenvolvimento seja sustentado, assegurando o combate à precarização, ou seja, o trabalho “(...) visto como um determinante para o desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social” (OIT; MTE, 2011: 64). É interessante observar que na formulação dos trabalhadores, as questões saúde e segurança são inquestionáveis, situadas no eixo Princípios e Direitos, junto com igualdade de oportunidades e de tratamento, negociação coletiva e salário mínimo. No eixo Proteção Social estão situadas práticas que colocam as nações em estado de alerta, como a prevenção e a erradicação do Trabalho Infantil, do Trabalho Escravo, do Tráfico de Pessoas e da informalidade, além de importantes conquistas sociais como a seguridade, a previdência e a assistência. No eixo Trabalho e Emprego figuram, dentre outras, a inclusão produtiva de grupos vulneráveis, o empreendedorismo e políticas públicas de microcrédito, a economia solidária, o emprego rural, a agricultura familiar e as empresas sustentáveis (OIT; MTE, 2011; 71-83). Enquanto as visões, os interesses e percepções de Governo, Empregadores e Trabalhadores de não se alinharem, o Trabalho Decente continuará patinando na esteira da cultura capitalista, em estágio incipiente.

Reflexões sobre o Emprego Verde

Perseguindo a compreensão da sustentabilidade na perspectiva social e ambiental, o *The Natural Step* (TNS) advoga a possibilidade de recuperação do sistema em desequilíbrio, na medida em que avançamos no processo de reparação e preservação. Assim, as iniciativas de Responsabilidade social (RS) e Responsabilidade ambiental

(RA) constituem solução para a perda de equilíbrio e resiliência do sistema, gerados em decorrência de sistemáticas degradações e violações. Estas iniciativas sintetizam o significado da sustentabilidade, que é sistêmica, por isso os temas tratados dizem respeito a questões sociais e ambientais diversas: justiça social, equidade, gênero, ética, alimentação, saúde, educação, segurança, direitos humanos e redução de emissões.

A comunidade científica internacional começou a sinalizar sua preocupação com o ritmo e as consequências da deterioração ambiental desde a década de 1970, quando se intensificaram os estudos, as pesquisas e as discussões visando o desenvolvimento sustentável. Transcorridas quase cinco décadas, e apesar do avanço nas discussões travadas em muitas conferências internacionais promovidas pela ONU, o mundo ainda convive com resistências e se ressentido da falta de vontade política e de sinergia nas ações:

Embora se afirme uma forte consciência, a nível global e regional, de que o mundo atravessa uma fase de transição, os líderes, as instituições e os acadêmicos têm, ao que parece, dificuldade em avançar com princípios, instituições e recomendações políticas que possam garantir os próximos passos rumo a um mundo mais justo e sustentável (PNUD, RDH, 2013: 4).

Para que os compromissos assumidos resultem na evolução esperada e na concreta mudança de cenário, é necessário alinhamento entre os países signatários dos acordos na implantação de políticas e ações nacionais, realizando a máxima “pensar globalmente e atuar localmente”. Esta dinâmica estratégica se dá em duas dimensões, externa e interna, respectivamente por meio de consensos e deliberações internacionais e de políticas e diretrizes nacionais, viabilizando a transição rumo à sustentabilidade, com a participação consciente das instituições e dos cidadãos de cada país.

Reconhecendo a complexidade desse alinhamento sistêmico, a ONU cria instrumentos de abrangência mundial para mobilizar as empresas em torno do desenvolvimento sustentável, como é o caso do Pacto Global, oficialmente lançado em 2000. Ele propõe a adoção de um padrão internacionalmente aceito, que se traduz em 10 princípios sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e contra a corrupção. Na vertente trabalho os princípios reforçam os direitos trabalhistas, combatem o trabalho escravo, o trabalho infantil e a discriminação, situações ainda recorrentes. Na vertente meio ambiente, a iniciativa chama atenção para a abordagem preventiva (a corretiva costuma ser mais onerosa e às vezes é tardia), para a responsabilidade ambiental e para o emprego de tecnologias limpas e eficientes. Os princípios do Pacto Global parecem ser uma medida higiênica (alusão às necessidades básicas, definidas na teoria da motivação de Abraham Maslow, de 1954), no entanto a Rede Brasileira é composta por aproximadamente 650 empresas signatárias (Pacto

Global, 2015a), um número pequeno face ao universo de empresas nacionais ativas, mas representativo (cerca de 8%) no universo de 8 mil empresas presentes em 159 outros países (Pacto Global, 2015b).

No rol das estratégias para acelerar a transição, situa-se o esforço de desenvolvimento da Economia Verde, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA) define: “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011: 9). O PNUMA explica que a Economia Verde se caracteriza pela baixa emissão de carbono e eficiência no uso de recursos, além de ser socialmente inclusiva e atender os desafios socioambientais prementes (Quadro 4).

Quadro 4 Traduzindo os desafios em números

Desafio ambiental

- Desastres naturais relacionados ao clima: 262 milhões de pessoas afetadas por ano entre 2000 e 2004.
 - Escassez de água: 1,8 bilhão de pessoas devem sofrer com a escassez de água doce até 2025, sobretudo na Ásia e África.
 - Refugiados ambientais: nos próximos anos, aproximadamente 50 milhões de pessoas podem ser forçadas a se tornar refugiadas ambientais em virtude das mudanças climáticas.
 - Deslocamentos devido a enchentes: 330 milhões de pessoas estão cada vez mais expostas a enchentes em áreas litorâneas, planícies aluviais e pequenos Estados insulares.
 - Escassez de alimentos e desnutrição: afetam atualmente 180 milhões de pessoas, número que pode subir para 600 milhões até 2080.
 - Poluição: a cada ano, ocorrem 2 milhões de mortes prematuras em todo o mundo em decorrência da poluição do ar em ambientes fechados e a céu aberto.
 - Perda de biodiversidade: a grande maioria das espécies bem estudadas está diminuindo em termos de distribuição e abundância ou ambos. Os produtos e processos biológicos compõem 40% da economia globalizada. Pessoas em situação de pobreza, principalmente as que vivem em áreas de baixa produtividade agrícola, dependem intensamente da diversidade genética do meio ambiente.
-

Desafio social (relacionado ao trabalho decente)

- Trabalhadores em situação de pobreza: 1,3 bilhão de pessoas no mundo cuja renda é tão baixa que elas e seus familiares não conseguem ultrapassar a linha da pobreza de US\$ 2 por dia (mais de 43% da força de trabalho mundial).
- Desempregados: 190 milhões em todo o mundo.
- Jovens à procura de emprego: nos próximos 10 anos, haverá um número adicional de mais de 500 milhões de jovens em busca de um emprego.
- Insegurança: 5,3 bilhões pessoas sem acesso a qualquer benefício de previdência social.
- Acesso a energia: 1,6 bilhão de pessoas sem acesso a energias modernas (quase 1 em cada 4 seres humanos vivos hoje).
- Moradia adequada: um bilhão de pessoas que vivem em favelas ocupam moradias precárias que carecem de infra-estrutura básica, como água limpa e saneamento.

Fonte: PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008, p.2-3.

Mais uma vez, a sustentabilidade é a síntese que responde a ambos os desafios. A iniciativa dos Empregos Verdes foi estabelecida pelos seguintes parceiros: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Internacional de Empregadores (OIE) e Confederação Sindical Internacional (CSI). Estes idealizadores definem Empregos Verdes como “aqueles que reduzem o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis que, em última análise, sejam sustentáveis (...) que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental” (PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008: 5) e alertam para uma realidade inconveniente:

(...) devido aos danos ambientais causados por práticas inadequadas, muitos empregos que seriam, teoricamente, verdes, não o são na prática. Além disso, as evidências revelam que os empregos verdes não constituem, necessariamente, trabalho decente. Muitos empregos atuais no setor da reciclagem, por exemplo, recuperam matéria-prima e, portanto, ajudam a aliviar a pressão sobre os recursos naturais. No entanto, envolvem processos muitas vezes poluentes, perigosos e difíceis, causando danos significativos ao meio ambiente e à saúde humana. Os empregos neste setor tendem a ser precários e de baixa renda. Para que os empregos verdes sejam uma ponte para um futuro realmente sustentável, essas questões devem ser resolvidas (PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008: 5).

Para evitar este conflito é importante observar que “os empregos decentes e verdes vinculam o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (erradicar a extrema pobreza e a fome) ao sétimo (garantir a sustentabilidade do meio ambien-

te), fazendo com que apóiem um ao outro e não se contradigam” (PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008: 5).

Os Empregos Verdes têm o propósito de reduzir os impactos ambientais da atividade econômica, e quanto maior for o alinhamento a princípios sustentáveis, a conhecimentos científicos e inovações tecnológicas, maior será sua evolução e dos conceitos: “(...) a definição de ‘eficiente no consumo de combustível’ será diferente daqui a uma década” (PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008: 5). Os Empregos Verdes são redutores, sobretudo em setores econômicos que tradicionalmente contribuem com emissões de gases de efeito estufa e utilizam extensivamente recursos naturais – energia, transportes, manufatura, construções, gestão de materiais, varejo, agricultura e silvicultura (ibidem: 6-7).

Embora as perspectivas da Economia Verde sejam promissoras, o ritmo das mudanças deixa a desejar principalmente pelas individualidades, conveniências, resistências e complexidade, demandado na transição o trabalho conjunto de líderes mundiais, sociedade e empresas líderes (PNUMA, 2011: 46). Dos governos são esperadas regulamentações orientadas para o desenvolvimento sustentável e uma sensível evolução no monitoramento das práticas, o que concorre para reduzir os riscos empresariais e aumentar a confiança dos investidores (PNUMA, 2011: 35). Através de compras públicas sustentáveis, os governos também podem fomentar a demanda e a credibilidade nos bens e serviços verdes.

As empresas, com seu poder de transformação da sociedade (na vida dos empregados, de suas famílias e da comunidade) e influência (recíproca) no mercado e no cenário nacional, são fundamentais no processo de criação de Empregos Verdes, com potencial para exceder as perdas de emprego na “economia marrom” (PNUMA, 2011: 5). A gestão também é decisiva para alinhar as políticas e práticas organizacionais ao propósito da Sustentabilidade e a OIT (2013: 4) reforça a necessidade de investimento em novas habilidades, metodologias e novos materiais.

Todo este conjunto ainda não funciona plenamente apesar da ameaça de colapsos, cujos efeitos são evidências objetivas. Por este motivo e a despeito das dificuldades especialmente relacionadas à cultura capitalista, não há como adiar a transição para o modelo sustentável, onde o Trabalho Decente (digno, seguro e saudável) e o Emprego Verde sejam estratégias essenciais.

Conclusão

Para responder à questão lançada – no capitalismo o Trabalho Decente e o Emprego Verde têm condições de prosperar plenamente? – é necessário considerar a presente crise social, a natureza consumidora de recursos do capitalismo (no seu intento de gerar prosperidade e crescimento ilimitados) e a capacidade de suporte ambiental e humano, inerentemente restritivas. É também necessário pensar a sus-

tentabilidade como uma proposta de harmonização, cuja transição demanda quebra de paradigmas, convergência de esforços e vontade política para ser completada.

O desenvolvimento sustentável opõe-se ao atual padrão de produção e consumo, identificado com o crescimento, a abundância e o desperdício numa lógica reducionista e desgastada. Em substituição, suas críticas reivindicam um comprometimento ideológico, psicológico, econômico, político e social com a complexidade que a harmonia entre o homem e a natureza e entre os próprios homens exige para que a humanidade possa ter condições de sobreviver no longo prazo.

Sobre a questão do trabalho e do trabalhador, o conceito (ainda polêmico) do Trabalho Decente tem potencial para corrigir as deformações geradas historicamente, assim como o Emprego Verde pode explorar novas formas de produção baseadas no reaproveitamento de recursos e difundir os conceitos da nova economia consciente.

Conclusivamente, com base na revisão da literatura realizada, o Trabalho Decente e o Emprego Verde não encontram no capitalismo atual condições de prosperar plenamente, mas podem ser viáveis em um modelo econômico humanizado, identificado com o desenvolvimento sustentável, que reconheça o valor de seus recursos essenciais, pessoas e natureza. A nova questão que se coloca diz respeito ao tempo e à motivação que dispomos para esta transição.

Josely Nunes Villela

Professora do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)
josely@principiosustentavel.com

Maria de Lurdes Costa Domingos

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
mlcdomingos@oi.com.br

Jacqueline Lima de Souza

Graduanda no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)
jacqueline.tere@gmail.com

Recebido em novembro de 2015.

Aceito em março de 2016.

Notas

1. O neoliberalismo é uma reação à expansão da intervenção do Estado no estágio intensivo, em uma tentativa de recompor o âmbito e reassertir a primazia do mercado” (FAUUSP, 2015).

2. SÉGUIN, E. e CARRERA, F. *Lei de crimes ambientais*. Rio de Janeiro: Esplanada, 1999.

Referências

- AMBIENTE BRASIL. *A Floresta Amazônica e o Futuro do Brasil*. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/artigos/a_floresta_amazonica_e_o_futuro_do_brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- ARRAES, Marcos Alexandre. *O olhar do outro: visualidade americanista e alteridade no Brasil entre 1945-1960*. Florianópolis: UFSC, 2012.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2010: desenvolvimento e mudança climática*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Nós hipotecamos o futuro*. Entrevista concedida a Silio Boccanera, Milênio, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OcPD1pLdkoQ>>. Acesso em: 20 mai.2014.
- BBC BRASIL (British Broadcasting Corporation). *Reunião do clima busca denominador comum para substituir Protocolo de Kyoto*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111208_durban_forcatarefa_abc>. Acesso em: 2 out. 2015.
- _____. *Conferência da ONU estende Protocolo de Kyoto até 2020*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2012/12/121208_doha_conferencia_onu_rn>. Acesso em: 2 out. 2015.
- CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, 2013 v.21 n.46.
- CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica). *Panorama da Biodiversidade Global 4 (GBO-4)*. Disponível em: <http://staging.unep.org/portuguese/documents/PNUMA_Panorama-Biodiversidade-Global-4.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CT-SST (Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho). *Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho*. Brasília, 2012.
- ESRL (Earth System Research Laboratory); GMD (Global Monitoring Division). *Atmospheric CO₂ at Mauna Loa Observatory*. Disponível em: <http://www.esrl.noaa.gov/gmd/webdata/ccgg/trends/co2_data_mlo.png>. Acesso em: 29 set. 2015.
- FIOCRUZ, INVIVO. *Mudança climática global e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=924&sid=9>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2013-2014*. São Paulo, 2015.
- GREENPEACE BRASIL. *Governo confirma taxa de desmatamento*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Governo-confirma-taxa-de-desmatamento/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.
- IOM (International Organization for Migration). *Mediterranean Migrant Arrivals in 2016*. Disponível em: <<http://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-2016-238220-deaths-2942>>. Acesso em: 2 jul. 2016
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Volume I*. Coordenação e revisão: SINGER, Paul. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MEIO AMBIENTE NEWS. *Protocolo de Kyoto 3*. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.meioambientenews.com.br/conteudo.ler.php?q%5B1%7Cconteudo.idcategoria%5D=32&id=270>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MELO, Nildo Aparecido. *Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal*. Mestrado da Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP (Universidade Estadual Paulista), 2008.

MELO, Nildo Aparecido de e SILVEIRA, Márcio Rogério. Crise do fordismo e transformações no mundo do trabalho: evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal do mercado de trabalho formal de Ourinhos e de Presidente Prudente. *Revista Geografia e Pesquisa*, v. 2, n.I, jan-jun 2008.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Edição 04, Revista Outubro: 2000. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MPS (Ministério da Previdência Social); INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); DATAPREV (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social). *Anuário Estatístico da Previdência Social*. 22ª edição. Brasília: MPS, 2013.

MTE (Ministério do Trabalho Emprego); FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho). *Relatório OIT*, 2013.

NUNES-VILLELA, J. *Mudança comportamental do consumidor a partir de sacolas plásticas: iniciativa em prol da sustentabilidade em comunidade cristã*. 2010. 114p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão para o Meio Ambiente) – Mestrado profissional de sistemas de gestão, da Universidade Federal Fluminense, 2010.

_____; ALLEDI, Cid e EIGENHEER, Emílio. O desafio da transição para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: *Revista Alceu*- v. 11 - n. 22 - p. 219 a 235 - jan./jun. 2011.

_____. *Gestão estratégica para a sustentabilidade*. Palestra proferida na CNC. Rio de Janeiro, 2015.

OIT (Organização Internacional do Trabalho); MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente 2012*. Brasília, set. 2011.

_____. *O Ambiente Construído e o Mundo do Trabalho: formulação de projetos e estudos sobre questões relativas ao mundo do trabalho envolvidas no esverdeamento do ambiente construído: manual de orientação*. Brasília: Escritório da OIT no Brasil. OIT, 2013.

ONU Brasil (Nações Unidas no Brasil). *Pior seca dos últimos 50 anos no nordeste brasileiro confirma estatísticas da ONU sobre escassez*. ONU, 2013.

_____. *Novo estudo da ONU indica que mundo terá 11 bilhões de habitantes em 2100*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/novo-estudo-da-onu-indica-que-mundo-tera-11-bilhoes-de-habitantes-em-2100/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. *Mais de 313 milhões de trabalhadores sofrem acidentes de trabalho todos os anos*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/oit-mais-de-313-milhoes-de-trabalhadores-sofrem-acidentes-de-trabalho-todos-os-anos/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA. *Quem somos*. São Paulo, 2015a.

_____. *Pacto Global da ONU lança Guia de Sustentabilidade Empresarial “Criando um Futuro Sustentável”*. São Paulo, 2015b.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em: 16 set. 2015.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2006*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2006_portuguese_summary.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em: 16 mai. 2015.

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para tomadores de decisão*. Brasília, 2011.

_____; OIT (Organização Internacional do Trabalho); OIE (Organização Internacional de Empregadores); CSI (Confederação Sindical Internacional). *Empregos Verdes: trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono*. Brasília, 2008.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves e LIMA, Gilson Brito Alves. Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional: fator crítico de sucesso à implantação dos princípios do desenvolvimento sustentável nas organizações brasileiras. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.1, n.2, artigo 2, São Paulo, 2006.

RAMOS, Érika Pires. *Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional*. Tese de Doutorado. USP (Universidade São Paulo). São Paulo, 2011.

RENNER, M. e PRUGH, T. *Estado do mundo 2014: como governar em nome da sustentabilidade*. Salvador: Uma Ed., 2014. Disponível em: <http://www.wwiiuma.org.br/estado_mundo_2014.pdf>. Acesso em: 2 out.2015.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed., São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção para um novo senso comum; v.4).

STERN REVIEW REPORT ON THE ECONOMICS OF CLIMATE CHANGE. *Summary of conclusions, 2006*. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/media/3/2/Summary_of_Conclusions.pdf>. Acesso em: 2 out. 2015.

USP (Universidade de São Paulo); FAUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). *Neoliberalismo*. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/index.html#top>. Acesso em: 28 set. 2015.

WWF- BRASIL. *Como a perda de biodiversidade afeta a mim e as outras pessoas?* Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/biodiversidade/consequencias_perda_biodiversidade/>. Acesso em: 22 ago. 2015a.

_____. *Quantas espécies estamos perdendo?* Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/biodiversidade/quantas_especies_estamos_perdendo/>. Acesso em: 22 ago. 2015b.

Resumo

Este estudo discute trabalho e meio ambiente no sistema capitalista, onde são enfatizadas as consequências sociais e ambientais da crise atual e a necessidade de Trabalho Decente e Empregos Verdes. Barreiras estruturais e culturais para o estabelecimento destas iniciativas sustentáveis foram identificadas. O seu enfrentamento parece ser urgente na transição para a sustentabilidade. O capitalismo baseado no crescimento ilimitado, no domínio do capital e na ética materialista, não é plenamente propício à prática do Trabalho Decente e do Emprego Verde, soluções alinhadas com o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave

Capitalismo. Sustentabilidade. Trabalho Decente. Emprego Verde.

Abstract

This study discusses labour and environment in the capitalist system, where are emphasized the social and environmental consequences of the current crisis and the need for Decent Work and Green Jobs. Structural and cultural barriers to the establishment of these sustainable initiatives were identified. It seems to be urgent to address them in the transition towards sustainability. Capitalism based on unlimited growth, domination by capital and materialistic ethics does not fully fit the practice of Decent Work and Green Jobs, which are solutions aligned with sustainable development.

Keywords

Capitalism. Sustainability. Decent Work. Green Jobs.